

A natureza social da ex-União Soviética. Atualidade de uma polémica

Bernardo Cerdeira
é jornalista

A queda dos regimes stalinistas no Leste europeu e na ex-União Soviética e o evidente processo de restauração do capitalismo nesses países, provocou, para bem e para mal, um verdadeiro terremoto na esquerda mundial.

Entre aqueles setores que viam nesses países formações económico-sociais representativas do que chamavam “socialismo real”, abriu-se uma grande crise. Ao mesmo tempo, ganhou ímpeto a revisão de um instrumental supostamente marxista, revisão esta que terminou na maioria das vezes com a conclusão da vitória inexorável do capitalismo. Tal foi o caso dos partidos comunistas, de outras organizações de carácter stalinista e dos intelectuais que giravam em sua órbita de influência.

Entre os que, à altura daqueles acontecimentos, já consideravam a ex-União Soviética e os estados onde a burguesia havia sido expropriada como “capitalismo de Estado” ou “estados burocráticos”, que nunca haviam se aproximado do socialismo e não se diferenciavam ou não eram superiores ao capitalismo, imperou a sensação vitoriosa da confirmação de suas análises e caracterizações acerca da natureza do Estado soviético.

Na atualidade, os marxistas que se pretendam dignos deste nome não podem fugir a dois desafios colocados pela realidade: o primeiro é caracterizar que tipo de formação económico-social *existe hoje* nos países que antes constituíam a ex-União Soviética e demais estados onde a burguesia foi expropriada. E o segundo, quase tão importante quanto o primeiro, é, à luz dos acontecimentos recentes, analisar e definir a natureza anterior dessas formações económico-sociais, especialmente a da ex-União Soviética.

Esse último aspecto poderia parecer uma discussão escolástica, já que se trata, em certa medida, de um “balanço histórico”. Nada mais longe da verdade. A discussão sobre a natureza da ex-União Soviética é uma das questões mais importantes para o marxismo neste fim de século, ao lado do debate sobre as transformações vividas pelo capitalismo imperialista nas últimas duas décadas.

As razões para tal não se encontram somente no fato de que não se pode descartar que regimes deste tipo voltem a surgir na cena histórica. O problema central é que a história da luta de classes neste século esteve marcada pela Revolução Russa de 1917, a primeira revolução operária e

socialista vitoriosa no mundo inteiro, assim como por seu desenvolvimento e degeneração ulteriores. A Segunda Guerra Mundial; a defesa da União Soviética contra o a agressão nazi-fascista e a derrota do nazismo; o acordo do stalinismo com o imperialismo e a nova ordem de Yalta e Potsdam; a Guerra Fria; as revoluções iugoslava, chinesa, cubana e vietnamita e a expropriação da burguesia em um terço do planeta, todos estes acontecimentos têm na sua base a existência da União Soviética com um caráter determinado.

Assim podemos dizer que questões centrais para o proletariado mundial, tais como a formação de uma burocracia no aparelho do Estado operário, a possibilidade da formação de um Estado operário burocrático e a restauração do capitalismo, continuam plenamente atuais já que os atores que a protagonizaram continuam em cena e atuando. É o caso dos partidos comunistas e organizações de tipo stalinista em todo o mundo.

A questão da natureza da ex-União Soviética está intimamente ligada à análise histórica da luta de classes mundial neste século e, principalmente, à sua dinâmica e às tarefas do proletariado na próxima etapa. Só sobre a base da superação destes desafios pode o movimento operário internacional atualizar o programa para a revolução socialista mundial.

Apesar das limitações inerentes ao formato de um artigo de revista procuraremos demonstrar que, neste debate de tanto significado para o movimento operário mundial, houve uma análise e um prognóstico, o do trotskismo, que passou pela prova da história. Desse ponto de vista, este artigo é parte de um debate e de uma elaboração coletiva nas fileiras da Liga Internacional dos Trabalhadores, organização internacional a que pertence o autor.¹ Esperamos que esta primeira abordagem, ainda genérica, seja seguida por muitas outras que desenvolvam outros aspectos e exponham outras visões sobre este tema tão vasto quanto crucial.

A ex-União Soviética hoje

Hoje parece evidente que os países que antes compunham a ex-União Soviética são países capitalistas. As leis do mercado imperam, não há mais planificação econômica de nenhum tipo, não existe monopólio do comércio exterior, as empresas privadas são uma parcela muito importante da economia e o processo de privatizações avança dia a dia.

Em nossa opinião, o processo de restauração capitalista não começou hoje nem foi um processo “natural”, espontâneo. Ao contrário, foi o

1 Este artigo foi feito em colaboração e se baseia em muitas análises e dados reunidos por Martín Hernández, dirigente da Liga Internacional dos Trabalhadores, em seu trabalho inédito intitulado “Rússia, China, Cuba (...) dos Estados Operários à restauração do capitalismo. Um balanço e as novas tarefas da Revolução”, in *Boletim de Discussão*, 4, 1997.

produto combinado da pressão permanente do imperialismo e de uma mudança de orientação da burocracia dirigente, principalmente da ex-União Soviética, que adotou uma política conscientemente restauracionista.

Essa política apareceu como uma reação da burocracia à estagnação e à crise econômica da ex-União Soviética que começou na década de 70 e se aprofundou no princípio dos anos 80. Seu máximo expoente e mentor foi Mikhail Gorbachov que idealizou e implementou a *perestroika*. O significado da palavra bem poderia ser “restauração”.

Os passos mais importantes no caminho da introdução consciente do capitalismo na União Soviética, durante o governo de Gorbachov, *foram o fim do monopólio do comércio exterior pelo Estado e as medidas que puseram fim à planificação da economia*.

Em junho de 1987, um documento aprovado pelo Comitê Central do PCUS afirmava que a economia continuaria obedecendo a um sistema de planificação central, mas estabelecia que *essa centralização não afetaria os níveis inferiores da economia*. Assim, em relação às suas decisões operacionais, as empresas teriam total autonomia. Ao mesmo tempo, também se afirmava no documento que *o êxito ou fracasso de cada empresa seria determinado em base a critérios estritamente econômicos*.

Também em junho de 1987, foi aprovada a *Lei das empresas do Estado* que eliminava as subvenções estatais. Esta lei estabelecia, ainda com certas restrições, que era competência das empresas fixar seus próprios planos anuais e quinquenais a partir de contratos livres com clientes e fornecedores *não só da União Soviética como também do exterior*. O golpe ao monopólio do comércio exterior ficou claro quando, pouco tempo depois, o Ministério do Comércio Exterior foi dissolvido e em seu lugar foi criada uma Comissão de Relações Econômicas Internacionais que só tinha a função de coordenar e orientar.

Em relação ao outro pilar da economia soviética, a estatização dos meios de produção, Gorbachov também aprovou leis que facilitaram o surgimento de um grande número de empresas privadas. Já em novembro de 1986, havia sido aprovada a *Lei sobre as atividades individuais*, e depois, em maio de 1988, a *Lei sobre cooperativas*.

Por fim deu-se um salto através da política de privatizações. É importante assinalar que houve muitas variantes possíveis de privatização incentivadas pela burocracia.

Um dos marcos da política de privatizações foi o lançamento de bônus (*vouchers*) já no governo de Boris Ieltsin (1992). De julho de 1992 até fins de 1994, foram distribuídos 148 milhões de bônus com um valor nominal de 10 mil rublos. As pessoas podiam fazer duas coisas com os bônus: vendê-los ou empregá-los como participação no capital de empresas em processo de privatização, o que foi feito pela

maioria. Outra variante importante de privatização foi a que deu prioridade aos trabalhadores e diretores na compra de ações das empresas em que trabalhavam.

O total de empresas privatizadas em 1992 foi de 46.815, cifra que chegou a 106 mil em agosto de 1994, o que equivale, aproximadamente, a 50% das empresas existentes na Rússia.²

A abertura para a constituição de bancos privados, que começou em 1988 por meio de uma lei que autorizou a criação de bancos cooperativos, foi um elemento fundamental para a formação dos grandes grupos capitalistas monopólicos da Rússia, consolidando o processo de restauração capitalista. O número de bancos passou de cinco, em 1989, a 1.500, em 1992, e 2.500, em 1995. Rapidamente estes bancos ganharam espaço em relação aos bancos estatais. Um relatório do Banco Mundial o assinala claramente: “(...) a participação dos bancos novos nos ativos totais do sistema bancário aumentou rapidamente e chegou a mais de dois terços no começo de 1999 (...). Alguns dos bancos novos não tardaram em se transformar nos principais bancos comerciais do país, com balanços de um bilhão a três bilhões de dólares (...). Vários deles estão agora no centro dos novos conglomerados financeiros e industriais (...)”.³

Talvez entre todos esses elementos que caracterizam um processo de restauração capitalista, o mais importante (por seu significado político-social e histórico) seja a formação de uma nova e muito importante burguesia através das máfias, dos saques à propriedade estatal e do acúmulo dos *vouchers* por parte dos gerentes e altos executivos das empresas estatais.

O processo de formação desta burguesia foi assim descrito por uma testemunha dos acontecimentos, o marxista russo V. Vasin em seu texto “Economia e relações de produção na União Soviética e Rússia na segunda metade do século XX”.⁴ A análise do autor começa com o fim da NEP (Nova Política Econômica) mas refere-se, em particular, ao último período de transformação da sociedade soviética:

“Nos primeiros anos da *perestroika*, foi permitida a criação de pequenas cooperativas produtivas para a reforma de moradias, confecção de roupas e calçados. (...) Estas cooperativas se converteram, quase instantaneamente, em pequenas empresas capitalistas, nas quais, grande parte desses membros cooperativos, recebia somente salário, e só uma ínfima parte re-

2 Anders Aslund, *How Russia became a market economy*, The Brookings Institution, Washington, 1996, p. 250.

3 Banco Mundial, *Do plano ao mercado. Informe sobre o Desenvolvimento Mundial*, Washington, 1996, p. 110.

4 Vasin faz parte do Partido Operário Internacionalista (POI) e o texto mencionado foi publicado em *Boletim de Informaciones Internacionales de la LIT-CI*, 83, 1996..

cebia, além do salário, o lucro (...)

Começou a criação desta cooperativas produtivas dentro das empresas estatais. Os estratos superiores da burocracia, ou pessoas de sua confiança, se colocavam à cabeça delas. Cada vez mais a atividade dessas cooperativas se circunscrevia a aproveitar peças de reposição e materiais recebidos pelas empresas a preços estatais no atacado, e vender esses mesmos materiais a preço de mercado.

Enormes somas de dinheiro começaram a ser acumuladas nos níveis superiores da burocracia da produção. Começaram a ser criadas grandes cooperativas, que empregavam dezenas e centenas de operários e assalariados. Começou a crescer o volume da produção das cooperativas capitalistas e a reduzir-se o volume da produção das empresas estatais.

Uma mudança qualitativa no processo de acumulação de capital tradicional começou com a privatização das empresas por *vouchers*, que eram os cheques de privatização. Os empregados de base das empresas vendiam seus *vouchers* ou recebiam por eles uma pequena quantidade de ações das empresas nas quais trabalhavam. A alta burocracia da produção da empresa recebia em regra até 10% ou 12% das ações com voto.

Mais da metade das ações eram vendidas através de ‘escritórios’ — fundos de privatização. Grande parte dessas ações ia parar nas mãos da alta hierarquia das empresas e não obrigatoriamente daquelas que estes hierarcas administravam.

Os recursos previamente acumulados, utilizados para a compra e revenda de *vouchers* nas bolsas, levaram a uma acumulação de capitais em dinheiro. Começaram a ser fundados bancos comerciais privados, nos quais estes capitais em dinheiro começaram, antes de mais nada, a serem utilizados para a compra e venda de ações das empresas, produção das empresas estatais e créditos às operações comerciais.

A partir dos mais poderosos bancos estatais criou-se um sistema de algumas dezenas de bancos comerciais com plenos poderes. *O orçamento estatal começou a passar através desses bancos ‘plenipotenciários’, os quais, com dinheiro do orçamento, começaram a comprar grandes empresas acionárias privatizáveis, que pertenciam ao Estado. (...) Desta forma, o dinheiro recebido pelo Estado pela venda das empresas passava novamente para estes bancos plenipotenciários.*

Os donos dos bancos, fundando estruturas jurídicas independentes (temendo prejudicar-se diante de possíveis falências dos bancos) *vendiam finalmente para estas estruturas, ou seja, para si mesmos, as empresas compradas com dinheiro do orçamento, quando não tinham gasto nestas empresas nem sequer uma pequena parte de seu verdadeiro valor.”*

Esta nova burguesia joga hoje um papel decisivo no governo e no aparelho do Estado o que se expressa claramente no atual governo da Federa-

ração Russa, o de Boris Ieltsin, significativamente diferente de Gorbachov, o último governo da ex-União Soviética. Ambos são politicamente restauracionistas. No entanto são diferentes do ponto de vista social.

O governo de Gorbachov era o governo da burocracia. O atual de Ieltsin é diferente, é mais do que o governo da burocracia. Essa diferença é remarcada no texto de Vasin que citamos anteriormente. O autor, depois de referir-se a como se conformou a burguesia financeira-industrial, conclui com a seguinte frase: “Os representantes dos capitais acumulados desta forma, entraram no governo da Rússia depois das últimas eleições. Os capitalistas financeiro-industriais e a burocracia da produção, apesar de todas suas contradições de classe, se uniram num governo contra aqueles a quem exploram, mesmo que de distintas formas.”⁵

Até a última reformulação ministerial, quando foi demitido, o máximo representante no governo da denominada “burocracia da produção” era o ex-premier Vitor Chernomirdin, ligado ao poderoso trust Gasprom.⁶ Mas a burguesia também tem seus representantes e inclusive seus próprios membros. Entre eles é necessário mencionar o ex-secretário adjunto do Conselho de Segurança do Kremlin Boris Berezovski, dono de um banco, de negócios de venda de automóveis e de emissoras de televisão. Comentando as recentes mudanças no governo russo uma comentarista do *The New York Times* descreveu assim o papel de Berezovski na recente mudança de governo: “Forçado a renunciar ao seu posto de secretário do Conselho de Segurança Nacional em novembro, Berezovski continua a ser uma figura influente e estava em guerra com Chubais abertamente (...) Berezovski continua ligado ao Kremlin, trabalhando como assessor do chefe da Casa Civil, Valentin Yumashev, e também de Tatyana Dychenko, filha de Ieltsin talvez a principal assessora do presidente.”⁷ Segundo fontes da articulista, Berezovski fez “manobras para convencer o presidente enfermo a demitir Chubais e Chernomirdin e abrir caminho para candidatos que sintam maior simpatia por seus interesses comerciais (...) (prejudicados por) decisões tomadas por Chernomirdin (...) sobretudo a privatização da Rosneft, uma das maiores companhias petrolíferas estatais.”⁸

Berezovski não foi o primeiro empresário que entrou para o governo russo. Antes dele, Wladimir Potanin, ex presidente do maior banco privado

5 Idem.

6 Gaspron é a empresa sucessora do Ministério Soviético da Indústria do Gás. É a maior empresa da Rússia e uma das maiores do mundo. Seus ativos (contando as reservas de gás) são calculados em 550 bilhões de dólares.

7 Artigo reproduzido por *O Estado de S. Paulo*, 25.03.98.

8 Idem.

da Rússia, o Oneximbank, tinha sido nomeado, primeiro vice-ministro da Economia.

Ambos os empresários integram, junto com outros cinco, um grupo que se reúne semanalmente e influi decisivamente nas altas esferas governamentais. Fazem parte deste grupo Piotr Aven, do Banco Alfa; Vladimir Gussinnski, chefe do grupo Most, que atua na área bancária e de comunicação; Mikhail Khodorkovski, presidente do grupo Menatep, com negócios no setor petrolífero e financeiro; e Alexander Smolenski, do Banco Stolichni. Segundo Berezovski, *este grupo de empresários, controla 50% da economia russa.*

A existência de uma burguesia monopolista que influencie decisivamente e inclusive controle o poder de Estado, é um dos elementos decisivos para caracterizar uma formação econômico social capitalista e um Estado burguês, definições aplicáveis à Rússia de hoje em nossa opinião.

Mas se hoje é possível encontrar uma maioria absoluta de marxistas que caracterizam a Rússia atual e os países que formaram parte da ex-União Soviética, como países onde o capitalismo foi restaurado, as diferenças sobre a natureza social da ex-União Soviética continuam vivas. Para analisá-las é preciso voltar à Revolução Russa de 1917, ao Estado operário que ela gerou e a sua posterior degeneração.

O Estado operário revolucionário russo entre 1917 e 1923.

A Revolução Russa foi a primeira revolução operária e socialista vitoriosa da história. Foi também a primeira experiência prática do proletariado no poder com os problemas da transição ao socialismo.

O proletariado russo tomou o poder através de órgãos representativos da classe operária, os soviets, e dirigido por um partido revolucionário, o Partido Bolchevique. Isso significou, em primeiro lugar, a destruição do Estado burguês e sua substituição por um Estado operário baseado em estruturas totalmente diferentes. A expropriação da propriedade burguesa, em 1918, e o desaparecimento da grande burguesia enquanto classe, completaram o quadro que caracterizava um Estado operário.

No entanto, mesmo nos primeiros anos, sob a direção de Lenin e Trotsky, o nascente Estado estava longe do socialismo e nem sequer havia superado as inúmeras contradições provocadas pelo atraso do desenvolvimento das forças produtivas no país, por sua própria existência no quadro da economia mundial imperialista e pela permanência de relações de produção capitalistas.

No esforço de definir o Estado surgido da revolução, Lenin utilizou caracterizações que muitas vezes eram aparentemente contraditórias: “Estado operário”, “Estado operário e camponês”, “Estado burguês sem burguesia” e outras. Na verdade essas diferenças refletiam os aspectos contraditórios da natureza do Estado, e cada caracterização de Lenin levava em conta

o ponto de vista concreto a partir do qual ele o analisava. Ressaltava em alguns momentos aspectos da relação burocrática desse Estado com a classe operária, mas ao mesmo, tempo não hesitava em ressaltar a grande conquista ele que significava diante do imperialismo.

Por exemplo, quando polemizou com Trotsky na famosa discussão sobre os sindicatos e o Estado operário, Lenin assinalou: “O camarada Trotsky fala de ‘Estado operário’. Permitam-me dizer que isto é pura abstração. (...) Em nosso país, o Estado não é, na realidade operário, e sim operário e camponês. (...) Nosso Estado de hoje é tal que o proletariado organizado na sua totalidade deve defender-se, e nós devemos utilizar estas organizações operárias para defender os operários em face de seu Estado e para que os operários defendam nosso Estado.”⁹

Pouco depois corrigiu, parcialmente, sua afirmação, assinalando: “Eu disse ‘O nosso Estado de fato não é operário, mas operário e camponês’ (...) Ao ler a versão da discussão, vejo agora que estava errado (...). Eu deveria ter dito: ‘O Estado operário é uma abstração. De fato nós temos um Estado operário, 1º, com a particularidade de que não é a população operária mas a população camponesa que predomina no país; e 2º, um Estado operário com uma deformação burocrática.’”¹⁰ Mas, possivelmente, a definição de Lenin mais conhecida e mais discutida é aquela na qual afirma que na primeira fase da transição o Estado permaneceria como um “Estado burguês sem burguesia”. Aparentemente a definição tomava em conta o atraso da Rússia. Mas de fato não era assim. Seu conceito era mais amplo e se referia a todo Estado operário em sua primeira fase. Isto fica mais claro quando diz: “O direito burguês em relação à distribuição dos produtos de consumo pressupõe, como é natural, também inevitavelmente um Estado burguês, pois o direito nada é sem um aparelho de capaz de obrigar à conservação das normas do direito. Daí decorre que no comunismo subsiste durante certo tempo não só o direito burguesia mas também o Estado burguês — sem burguesia!”¹¹

Esta definição de Lenin surge de uma conclusão sobre o caráter contraditório de qualquer Estado operário durante o primeiro período de sua existência. Ou seja o nível de desenvolvimento das forças produtivas durante o período da ditadura do proletariado não permite dar a cada um “segundo suas necessidades”, nos termos de Marx, o que significa que durante um período, *em qualquer país e por mais revolucionária que seja a direção do Estado operário*, existirão as desigualdade sociais e o Estado operário estará obrigado a impor normas burguesas de retribuição do trabalho. Trotsky, um

9 V.I. Lenin, “Sobre os sindicatos, o momento atual e os erros de Trotsky”, in *Sobre os sindicatos*, São Paulo, Livramento, 1979, pp. 292-293.

10 V.I. Lenin, “A crise do partido”, in *Obras escolhidas*, Lisboa, Avante, v. 5, p. 215.

11 V.I. Lenin, “O Estado e a revolução”, in *Obras escolhidas*, Lisboa, Avante, v. 3, p. 270.

dos máximos dirigentes da Revolução Russa, o explicou desta maneira:

“A princípio, o Estado operário não pode ainda permitir a cada um trabalhar ‘segundo suas capacidades’, o que significa fazer o que quiser e puder, nem recompensar cada um ‘segundo as suas necessidades’, independentemente do trabalho fornecido. O interesse do crescimento das forças produtivas obriga a recorrer às habituais normas do salário, isto é, à repartição de bens segundo a quantidade e a qualidade do trabalho individual”.¹² E mais adiante afirmava: “Mesmo na América, sobre as bases do capitalismo mais avançado, o Estado socialista não poderia dar a cada um tudo o que lhe é necessário; seria conseqüentemente, obrigado a incitar toda a gente a produzir o mais possível. A função de *excitador* cabe-lhe naturalmente nestas condições e não pode deixar de recorrer aos métodos de remuneração do trabalho elaborados pelo capitalismo, modificando-os e suavizando-os” (leia-se salário).¹³

É importante assinalar este aspecto porque muitos marxistas colocam um sinal de igual entre a existência de desigualdades sociais e a degeneração que teria levado a um Estado burguês (numa formação econômico social de capitalismo de Estado) ou burocrático e não mais operário. Para nós, a permanência e o desenvolvimento brutal dessas desigualdades, consolidadas nos privilégios da burocracia governante, é o que caracteriza a *degeneração burocrática* do Estado soviético, sem que, no entanto, sua natureza social chegasse a mudar de *qualidade* durante décadas.

A degeneração stalinista e o Estado operário burocratizado.

Depois do colapso dos regimes stalinistas, tornou-se claro que essas sociedades não só nunca estiveram perto do socialismo como foram regimes onde a classe operária viveu sob regimes ditatoriais, nos quais a burocracia governante, oprimindo brutalmente a classe operária, gozou de enormes privilégios.

Trotsky analisou a degeneração do Estado soviético como produto de uma combinação de fatores entre os quais o central era a derrota de revolução mundial, principalmente a partir da derrota da revolução alemã, em 1923. Este elemento se combinava com o esgotamento e a destruição física da classe operária russa durante a guerra civil e com o atraso do país, isolado dentro da economia mundial imperialista.

Para Trotsky foi essa situação objetiva da luta de classes o que propiciou o surgimento da burocracia. A casta burocrática surgiu da necessidade de controlar e determinar a repartição da produção social numa sociedade marcada pelo atraso e pela escassez. A escassez provocava, por um lado, a necessidade de estimular a desigualdade para aumentar a produção e, por outro, a necessida-

12 Leon Trotsky, *A revolução traída*, São Paulo, Global, 1980, pp. 35-36.

13 Idem, p. 40.

de de reprimir, através do Estado, a insatisfação gerada pela repartição desigual e principalmente pelos privilégios que a burocracia passou a se auto-outorgar.

Contraditoriamente, assinalava Trotsky, ao depender do Estado do qual auferia seus privilégios, a burocracia estava obrigada, pelo menos num primeiro momento, a defender suas bases sociais, principalmente a propriedade estatal dos meios de produção expropriados à burguesia pela revolução.

Analisando a formação econômico-social extremamente contraditória que surgiu dessa evolução da luta de classes mundial, Trotsky, em *A revolução traída*, expôs da seguinte maneira os elementos que definiam a natureza social da União Soviética:

“A União Soviética é uma sociedade intermediária entre o capitalismo e o socialismo, na qual: a) as forças produtivas são ainda insuficientes para conferir à propriedade de Estado um caráter socialista; b) a propensão para a acumulação primitiva, nascida da necessidade manifesta-se através de todos os poros da economia planificada; c) as normas de repartição, de natureza burguesa, se encontram na base da diferenciação social; d) o desenvolvimento econômico; melhorando lentamente a condição dos trabalhadores, contribui para a rápida formação de uma camada de privilegiados; e) a burocracia, explorando os antagonismos sociais, tornou-se uma casta incontrolável, estranha ao socialismo; f) a revolução social, traída pelo partido governante, vive ainda nas relações de propriedade e na consciência dos trabalhadores; g) a evolução das contradições acumuladas pode conduzir ao socialismo ou fazer recuar a sociedade para o capitalismo; h) a contra-revolução em marcha para o capitalismo deverá quebrar a resistência dos operários; i) os operários, dirigindo-se para o socialismo, deverão derubar a burocracia. A questão será definitivamente resolvida pela luta das duas forças vivas na arena nacional e internacional.”¹⁴

Trotsky chegava assim a sua conhecida definição da União Soviética como um *Estado operário burocraticamente degenerado*. No entanto, a análise de Trotsky recebeu críticas vindas de vários setores marxistas. No âmbito necessariamente limitado deste artigo vamos abordar uma das objeções mais importantes dentro do marxismo: a teoria do capitalismo de Estado.

Capitalismo de Estado?

A caracterização da natureza do Estado soviético como capitalista de Estado foi desenvolvida por várias correntes dentro do marxismo. Uma das mais significativas é a concepção maoísta, expressa entre outros, durante muito tempo, por um dos seus máximos teóricos, o francês Charles Bettelheim.

¹⁴ Idem, p. 176.

O ponto de partida da análise de Bettelheim, extensamente desenvolvida em sua obra *A luta de classes na União Soviética*, foi uma visão crítica do papel da União Soviética na invasão da Tchecoslováquia. A partir daí Bettelheim caracterizou a política externa da União Soviética da época como “de tipo imperialista”.¹⁵

Bettelheim parte da tese de que o “desenvolvimento das forças produtivas *jamais pode, por si só*, fazer desaparecer as formas capitalistas da divisão do trabalho e as outras relações sociais burguesas”.¹⁶

A princípio não há nada a objetar a esta tese. O problema começa nas conclusões que Bettelheim extrai daí, a começar pela afirmação de que “o principal obstáculo a uma política socialmente unificada (da qual o plano econômico só pode ser o meio) encontra-se não no nível de desenvolvimento das forças produtivas, mas na natureza das relações sociais dominantes, isto é, simultaneamente, na reprodução da divisão capitalista do trabalho e nas relações ideológicas e políticas, as quais são um efeito dessa divisão mas constituem também as condições sociais dessa reprodução”.¹⁷

Ao dizer que o principal obstáculo não se encontra “no nível de desenvolvimento das forças produtivas” Bettelheim ignora a relação dialética entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. Esses dois conceitos não podem ser separados mais que para efeitos analíticos. São inseparáveis na realidade concreta e em qualquer caracterização que busque aproximar-se o máximo possível desta. Estão estreitamente relacionados. Ora, *a permanência de relações sociais burguesas em geral, em qualquer Estado operário*, está em primeiro lugar intimamente relacionada com o (e em parte determinada pelo) nível insuficiente de desenvolvimento das forças produtivas durante a ditadura do proletariado, a fase transitória de construção socialista.

Por outro lado, tanto o desenvolvimento das forças produtivas quanto as relações de produção estão determinadas pelo quadro geral da *situação da luta de classes, nacional e principalmente internacional*. A União Soviética viveu uma situação particular na qual o atraso do país se combinou com a derrota do proletariado em nível mundial no começo da década de 20, a desaparecimento física de grande parte do proletariado russo durante a guerra civil e o esgotamento político dos setores que restaram. Essa situação da

15 “De um modo geral, a política externa soviética apresenta-se, cada vez mais como uma política de grande potência que procura obter para si mesma um máximo de vantagens econômicas e políticas (...) Essa política de tipo imperialista leva a União Soviética a colaborar e, ao mesmo tempo, entrar em contradição com os Estados Unidos”. Charles Bettelheim, *A luta de classes na União Soviética*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, t. I, p. 23.

16 Idem, p. 25 (grifos do autor).

17 Idem, p. 24.

luta de classes internacional e nacional e essas condições objetivas de baixo desenvolvimento das forças produtivas foram a base social e política para o surgimento e consolidação da burocracia.

A partir do surgimento da burocracia, a permanência de relações sociais burguesas não se deve somente ao baixo desenvolvimento das forças produtivas mas essencialmente ao fato de que a burocracia manteve e estimulou as desigualdades sociais, através da remuneração salarial e do estabelecimento de privilégios, e manteve e desenvolveu relações próprias da divisão capitalista do trabalho. Ao atuar desta forma durante décadas, objetivamente solapou as bases sociais do Estado operário.

Mas Bettelheim chegou à uma conclusão oposta: “sob a capa da propriedade estatal, existem hoje (refere-se à década de 70 quando foi escrito seu livro, nota minha, BC) na União Soviética relações de exploração semelhantes às que existem nos outros países capitalistas, embora a forma de existência dessas relações assuma um caráter particular, que é precisamente o do capitalismo de Estado.”¹⁸

Ao realizar esta análise Bettelheim se propunha a “romper (...) com certa concepção estratificada e simplista do ‘marxismo’” que “trazia em si (...) as premissas do revisionismo moderno isto é de uma ideologia burguesa que, como tal, contribui para consolidar a existência de relações sociais capitalistas na União Soviética e fora dela.”¹⁹

Bettelheim relaciona “três das teses fundamentais do ‘marxismo estratificado’ com o qual é necessário romper para devolver ao materialismo histórico e ao materialismo dialético seu verdadeiro caráter histórico”. A primeira seria a que “estabelece uma identificação ‘mecanicista’ entre as formas jurídicas de propriedade e as relações de classes, particularmente no decorrer da transição socialista.” A segunda apresenta “o desenvolvimento das forças produtivas como o motor da história” e não a luta de classes. A terceira “pretendia explicar a forma de existência do Estado soviético pela ameaça externa e a ‘fraqueza’ dos cidadãos da União Soviética”.

Quanto à primeira tese repete-se um problema recorrente na obra de Bettelheim. Ele denuncia corretamente a falsa propaganda de Stalin e da burocracia, que partindo do fato de que as formas jurídicas de propriedade burguesa não existiam mais na Rússia, chegavam a conclusão, que as classes exploradoras estavam liquidadas e que a União Soviética havia alcançado o socialismo. Destaca corretamente que a “existência da ditadura do proletariado e de formas estatais ou coletivas de propriedade não determi-

18 Idem, p. 26.

19 Idem, p. 28.

20 Idem, p. 30.

nam necessariamente a ‘abolição’ das relações de produção capitalistas nem o ‘desaparecimento’ das classes antagônicas: o proletariado e a burguesia”.²⁰

Mas a partir daí chega à conclusão de que a burguesia “pode assumir o aspecto de uma burguesia de Estado.”²¹ E levanta “a possibilidade do restabelecimento de uma ditadura burguesa na União Soviética (sem modificação das relações jurídicas de propriedade)”.²² Por fim Bettelheim chega à conclusão de que esta ditadura existe sob a forma de capitalismo de Estado.

Ao colocarem em primeiro plano, para caracterizar estas formações econômico-sociais, as relações de produção e desprezarem como elemento essencial a propriedade estatal dos meios de produção, tanto Bettelheim quanto os teóricos do capitalismo de Estado em geral, deixam de lado um fator fundamental: na Rússia *a burguesia foi expropriada pelo proletariado através de um processo revolucionário, de uma revolução socialista*.

Equiparar ou sequer comparar a formação econômico-social surgida desta revolução com processos reacionários da burguesia de outros países para preservar o sistema capitalista ou mesmo desenvolver a indústria, é simplesmente deixar de lado um aspecto essencial da análise marxista: seu caráter genético-histórico.

A propriedade estatal dos meios de produção; o monopólio do comércio exterior e a planificação da economia foram *conquistas* do proletariado alcançadas pela revolução socialista, a partir da *expropriação da propriedade burguesa o que, depois da tomada do poder de Estado pelo proletariado, significou um golpe decisivo na burguesia russa em direção a sua destruição como classe*, e daí seu profundo caráter progressivo. Trotsky já assinalava essa enorme diferença com a propriedade estatal dos países capitalistas.²³

Bettelheim fundamenta teoricamente suas conclusões baseando-se em uma suposta oposição entre o pensamento de Marx e Engels até 1850, que acentuaria o papel que cabe à propriedade do Estado na expropriação da burguesia e suas concepções pós-1850, onde supostamente “as formulações relativas à propriedade do Estado desaparecem cada vez mais, e o que

21 Idem, p. 30.

22 Idem, p. 31.

23 “A primeira concentração dos meios de produção nas mãos do Estado que a história conhece foi cumprida pelo proletariado através da revolução social e não pelos capitalistas através de trustes estatizados. Esta breve análise é suficiente para mostrar o absurdo das tentativas feitas para identificar o estatismo capitalista e o sistema soviético. O primeiro é reacionário, o segundo realiza um grande progresso.” (Leon Trotsky, *A revolução traída*, São Paulo, Global, 1980, p. 171.

24 Idem, p. 483.

é posto em destaque por Marx e Engels é o conceito de apropriação social”.²⁴

Esta suposta contradição nos parece totalmente abusiva e sem comprovação. Ainda mais quando Bettelheim afirma que o pensamento de Marx em sua maturidade se caracterizaria por uma “oposição doravante firmemente estabelecida por ele (sobretudo desde a Comuna de Paris) entre o ‘Estado’ e a ‘sociedade’.”²⁵ É bom deixar claro que Marx estaria falando do Estado operário.

As palavras do *Manifesto Comunista*, que definem a importância da propriedade burguesa no modo de produção capitalista e sua expropriação, são claras e explícitas: “a propriedade privada atual, a propriedade burguesa, é a última e mais perfeita expressão do modo de produção e de apropriação baseado nos antagonismos de classe, na exploração de uns pelos outros. Neste sentido, os comunistas podem resumir sua teoria nesta fórmula única: abolição da propriedade privada.”²⁶ Ora, pelo que sabemos, nem Marx nem Engels nunca renegaram essas afirmações, o que seria obrigatório se quisessem de fato revisar conceitos expostos de maneira tão categórica.

Bettelheim apela a Lenin mas curiosamente numa passagem em que este diz o contrário de sua tese sobre as relações de propriedade: “Chamamos de classes sociais grandes grupos humanos que se distinguem pelo lugar que ocupam num sistema historicamente definido de produção social, por suas relações (*na maioria estabelecidas e consagradas pelas leis*) em face dos meios de produção, por seu papel na organização social do trabalho e, portanto, pela importância da parte da riqueza social de que dispõem e pela maneira como a recebem. As classes são grupos humanos nos quais um pode se apropriar do trabalho do outro devido ao lugar diferente que ocupa numa estrutura determinada da economia social”.²⁷ Parece-nos evidente que Lenin afirma que as relações em face dos meios de produção são “*na maioria estabelecidas e consagradas pelas leis*”, ou seja a propriedade (ou não) dos meios de produção pelas classes que, em sua maioria (ainda que não todas) assumem formas jurídicas.

O outro argumento central utilizado pelos teóricos do capitalismo de Estado, o de que a burocracia seria uma classe exploradora que cumpriria o papel da burguesia gerindo coletivamente o sistema de capitalismo estatal, foi teoricamente contestado por Trotsky em *A revolução traída*:

25 Idem, p. 484.

26 Karl Marx e Friedrich Engels, “Manifesto do Partido Comunista”, in *Obras escolhidas*, São Paulo, Alfa-Ômega, s.d., v. 1, p. 32.

27 V.I. Lenin, “La grande initiative”, *Obras completas*, t. 29, p. 425 (citado por Bettelheim, grifos nossos).

“As iniciativas feitas para apresentar a burocracia soviética como uma classe ‘capitalista de Estado’ não resistem visivelmente à crítica. A burocracia não tem títulos nem ações, recruta-se, completa-se e renova-se, graças a uma hierarquia administrativa sem ter direitos particulares em matéria de propriedade. O funcionário não pode transmitir aos seus herdeiros o seu direito à exploração do Estado. Os privilégios da burocracia são abusos. Ela esconde os seus rendimentos. Dissimula ou finge não existir como grupo social. O seu domínio sobre uma parte enorme do rendimento nacional é um caso de parasitismo social. Eis o que torna a situação dos dirigentes soviéticos ao mais alto grau contraditória, equívoca e indigna, a despeito da plenitude do seu poder e do quadro nebuloso da lisonja.”²⁸

Mas a prova mais evidente desta caracterização é que *a burocracia stalinista* teve que *restaurar* o capitalismo, e transformar-se finalmente em burguesia. E para isto *teve que abolir previamente o monopólio e a planificação da economia e restaurar a propriedade privada*. No entanto, este salto de qualidade se deu no fim da década de 80 e no começo dos anos 90, não 50 ou 60 anos antes pensavam os teóricos do “capitalismo de Estado”.

Aqui passamos a uma comprovação desse processo na realidade. Nesse terreno, sobre a forma e sobre os passos que foram dados para a restauração do capitalismo, existe um enfoque muito importante porque vem diretamente de um dos protagonistas, uma das instituições internacionais do imperialismo. Estamos falando do relatório do Banco Mundial sobre o processo de restauração nos ex-estados operários burocratizados. É interessante que o Banco não coloca em dúvida se há restauração do capitalismo. Ao contrário, dá como certo o processo de restauração e define os passos necessários para que este se complete.

Sobre estes passos o relatório do Banco Mundial coloca duas perguntas: “A privatização é necessária? É importante se a propriedade é pública, privada ou mista?” e o próprio relatório não dá uma resposta categórica a estas interrogações: “A primeira coisa é saber se a privatização melhora ou não o desempenho”; “os primeiros indícios são animadores em muitos casos, mas não tanto em outros”; “a propriedade é importante. Mas a necessidade de privatizar não tem a mesma urgência em todas as circunstâncias”, etc.²⁹

Mas então o que é o prioritário para o imperialismo? Vejamos “*Primeiro passo: imposição de disciplina financeira e competição*. Em um processo de transição *a primeira coisa a fazer é passar do regime de planificação centralizado, baseado nas transferências e subsídios, a um*

28 Leon Trotsky, *op. cit.*, p. 173.

29 Banco Mundial, *op. cit.*, pp. 53.

*sistema que dê margem ao risco, que garanta a disciplina financeira e crie fortes incentivos para a procura de lucros. Segundo passo: criação e distribuição dos direitos de propriedade. Os direitos de propriedade são a alma estrutura de incentivos da economia de mercado (...) entre os direitos de propriedade se encontra o de usar um bem, permitir ou não que outros o utilizem, receber a renda gerada por ele e vendê-lo ou dispor do mesmo de alguma forma”.*³⁰

Por que a burocracia levou o Estado operário à restauração capitalista?

Durante décadas a burocracia manteve e defendeu, à sua própria maneira burocrática, as bases sociais objetivas do Estado operário degenerado. É verdade que sua política de conciliação com o imperialismo, sua traição à classe operária em inúmeros processos revolucionários, suas ditaduras brutais e seus privilégios enfraqueciam, dia-a-dia na prática, as mesmas bases sociais do Estado operário. Mas apesar disso também era certo que a burocracia mantinha a economia estatizada e planificada e o monopólio do comércio exterior.

No entanto, como vimos no começo do artigo, nas duas últimas décadas a burocracia implementou uma política para enfraquecer conscientemente estas mesmas bases, destruindo-as através de leis que, também como vimos antes, permitiram a restauração do capitalismo.

Em nossa opinião essa é uma consequência inevitável da natureza da burocracia. Trotsky assinalou que a formação econômica e social do Estado operário degenerado era instável e transitória e que o prognóstico da sua evolução era duplo: *ou a classe operária derrubava a burocracia através de uma revolução política ou a burocracia terminaria por permitir a vitória da contra-revolução e a restauração do capitalismo.*

Mas Trotsky também levantou uma terceira hipótese sobre a evolução da burocracia, que explica porque esta terminou introduzindo, implementando e consumando o processo de restauração capitalista por suas próprias mãos. Trotsky argumentava, em essência, que a burocracia necessitava estabelecer relações de propriedade, ou seja, transformar-se em classe, para conseguir estabilidade para seus privilégios:

Uma definição que explica o processo de restauração capitalista

A caracterização da ex-União Soviética como um Estado Operário burocraticamente degenerado é, ao nosso modo de ver, a explicação mais coerente para o processo de restauração capitalista vivido hoje nesses países e seus trágicos efeitos.

30 Idem.

Por um lado explica que a expropriação da propriedade burguesa e o desenvolvimento de uma economia baseada na planificação e no monopólio do comércio exterior, permitiu um enorme desenvolvimento das forças produtivas, *apesar dos privilégios da burocracia e da gestão burocrática da economia e da sociedade*. Esta análise ressalta a superioridade dessas formações econômico-sociais sobre o capitalismo nas condições normais dos países semi-coloniais (e mesmo em relação a muitos países capitalistas centrais nos aspectos sociais e culturais).

Trotsky o afirmava categoricamente na década de 30: “Já não há necessidade de discutir com os senhores economistas burgueses: o socialismo demonstrou seu direito à vitória, não só nas páginas de *O capital*, mas em uma arena econômica a cobrir a sexta parte da superfície do globo; não na linguagem da dialética, mas na do ferro, do cimento e da eletricidade. Mesmo que a União Soviética sucumbisse sob os golpes do exterior e pelos erros de seus dirigentes — coisa que esperamos firmemente não ver — continuaria, como prova do futuro, o fato indestrutível de que só a revolução proletária permitiu a um país atrasado obter em menos de vinte anos resultados sem precedentes na história.”³²

Depois de 60 anos, a análise feita no *Relatório do Banco Mundial*, apesar de obviamente defender a restauração capitalista, é obrigada a reconhecer esses “resultados sem precedentes”: “aumento da produção, industrialização, ensino básico, saúde, moradia e empregos para populações inteiras (...). No sistema de planificação centralizada, os países da ECO (*Europa Central e Oriental, nota minha, BC*) e a União Soviética eram sociedades bem instruídas, com índices universais de matrícula primária e secundária inicial, altos níveis de alfabetização comparados com os outros países de renda semelhante (e às vezes com países de renda muito superior) e níveis excepcionais de conhecimentos básicos de matemática e engenharia (...). Também na China os níveis de aproveitamento educacional eram — e são — excepcionais em comparação com os países em desenvolvimento”. Na ECO e na União Soviética, as empresas tinham incentivos para empregar o maior número possível de pessoas, motivo pelo qual era mais comum encontrar escassez de mão de obra do que desemprego. No final da era soviética as famílias dedicavam à moradia (aluguel e serviços) apenas 2,4% de seus salários — menos do que gastavam em bebidas alcoólicas e cigarros”.³³

Mas hoje é evidente que a restauração do capitalismo provoca uma

31 Leon Trotsky, *op. cit.*, p. 175.

32 Idem, p. 10. A tradução diz, de maneira evidentemente equivocada “o que, firmemente esperamos”, ao invés de “esperamos firmemente não ver”. Corrigimo-la, cotejando com edição em espanhol, para dar sentido à frase.

catástrofe econômica, social e cultural confirmando também o prognóstico alternativo de Trotsky: “A queda do regime soviético causaria infalivelmente a queda da economia planificada e, desde então, a liquidação da propriedade estatizada. O elo obrigatório entre os trustes e as fábricas se romperia. As empresas mais favorecidas seriam entregues a si próprias; poderiam se tornar sociedades por ações ou adotar qualquer outra forma transitória de propriedade, por exemplo a participação dos operários nos lucros. Os *kolkhoses* se desagregariam igualmente, ainda com maior facilidade. Assim, a queda da ditadura burocrática atual, sem a sua substituição por um novo poder socialista, anunciaria o retorno ao sistema capitalista com uma baixa catastrófica da economia e da cultura.”³⁴

Ao analisar a situação social atual, sob a restauração capitalista, o próprio *Relatório do Banco Mundial* traça um quadro bastante claro quanto ao retrocesso sofrido: “Durante a transição aumentou o número de mortes na Rússia. Entre 1990 e 1994, a esperança de vida se reduziu de 64 para 58 anos entre os homens e de 74 para 71 anos entre as mulheres.”³⁵

Junto com estes indicadores, este relatório assinala uma série de fatos que são bastante ilustrativos. “Já não se considera o trabalho como um dever social da mulher, a reforma trouxe também uma redução impressionante do número de creches ao alcance dos recursos e uma deterioração dos serviços de saúde. O sistema soviético utilizava salários e pensões para incentivar as pessoas a trabalharem em lugares distantes (...) agora, com o que chegaram a poupar para sua aposentadoria não podem comprar sequer uma passagem aérea para voltar à Rússia central; e agora os habitantes da cidade estão desamparados justamente quando as minas estão a ponto de fechar”.³⁶

O pano de fundo para esta queda violenta do nível de vida das massas soviéticas e para o aumento acelerado das desigualdades sociais é a crise econômica e o retrocesso no desenvolvimento das forças produtivas que se dá hoje na Rússia e nos demais ex-estados operários.³⁷

O enorme retrocesso econômico, social e cultural demonstra que o capitalismo na época imperialista, ao promover a restauração nesses países, só pode gerar formações econômico-sociais semi-coloniais, dependentes, que sofrem um salto na exploração pelos países imperialistas. A destruição do parque industrial da União Soviética, o decréscimo do seu Produto Interno Bruto e a conseqüente queda do nível de vida das massas, são um produ-

33 Banco Mundial, *op. cit.*, pp. 1 e 79.

34 Leon Trotsky, *op. cit.*, p. 173.

35 Banco Mundial, *op. cit.*, pp. 141.

36 *Idem.*

to direto da competição no mercado mundial e da submissão dos novos países capitalistas aos mais poderosos países imperialistas do mundo.

O que também se torna evidente nesta análise é que para implantar o capitalismo a burocracia soviética e o imperialismo necessitaram *destruir a planificação econômica, abolir o monopólio do comércio exterior e finalmente (e isto foi qualitativo), permitir de novo o livre e irrestrito direito à propriedade privada para recriar uma burguesia destruída há quase 80 anos.* Até a descontinuidade histórica desta nova classe burguesa demonstra a realidade da restauração. A nova classe burguesa, surgida nos anos 90, foi recomposta a partir da acumulação capitalista de um setor minoritário da burocracia que vem se transformando em burguesia.

A brutal realidade desta restauração capitalista, que se deu primeiro num processo quantitativo e depois qualitativo, é evidentemente um *retrocesso* de qualidade na formação econômico social que demonstra, pela negativa, a falência das teses do capitalismo de Estado. Em última análise, obviamente não poderia existir “restauração capitalista” caso se tratasse de uma formação capitalista ainda que sob a forma de capitalismo de Estado, já que o elemento qualitativo seria neste caso o sistema econômico social.

Mas, polêmicas à parte, a restauração coloca para os marxistas revolucionários a tarefa urgente de utilizar esta nova compreensão dos acontecimentos para elaborar um programa, não só para as repúblicas que conformavam a ex-União Soviética, como para todos os países onde, em nossa opinião, existiam estados operários burocratizados. Um programa que tenha como objetivo a revolução socialista e a expropriação da nova burguesia surgida nesses países, no caminho da revolução mundial, mas que também incorpore a luta contra a burocracia que deu origem a essa burguesia e que continua sendo sua aliada e seu sustentáculo.

37 Se analisamos a situação atual da Rússia a partir do momento em que a restauração dá um salto qualitativo, vemos um brutal retrocesso econômico. Na Rússia, no ano de 1990, houve um crescimento negativo do PIB de -3,6%. Em 1992 foi -14,5% e, em 1994, -12,6%. E a Rússia não é uma exceção. Em Azerbaijão o PIB caiu em 11,7% em 1990; 35,2% em 1992 e 17% em 1995. Em Ucrânia em 1990 caiu 3%, em 92 12,5%, em 95 12%. De conjunto, na grande maioria destes países, o PIB não pára de cair e quando cresce o faz em valores mínimos.